



A América Latina e Caribe têm a taxa mais alta de cobertura de tratamento antirretroviral de todas as regiões em desenvolvimento, com 50% das pessoas com HIV que o necessitam tem acesso ao tratamento, segundo dados de 2009. No entanto, a meta de aumentar a cobertura para ser universal enfrenta sérios obstáculos que requererão um maior esforço por parte de governos, sistemas de saúde e agências internacionais associadas, assinalam especialistas em HIV.

Técnicos da região analisarão estes obstáculos e farão propostas para avançar na meta de alcançar 100% do acesso à prevenção e cuidado do HIV na América Latina e Caribe, durante uma reunião organizada pela Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), UNAIDS e outras agências das Nações Unidas em cooperação com o Fundo Global de luta contra a AIDS, a Tuberculose e a Malária.

“Assegurar o acesso universal à prevenção, do diagnóstico, da atenção e do tratamento para o HIV é um tema prioritário de saúde pública nos países da Região”, afirmou a Dra. Mirta Roses, Diretora da OPAS/OMS. “O acesso ao tratamento não é só um tema de direitos humanos, mas também reduz o risco de transmissão, o que fortalece os esforços em prevenção”, indicou.

Um 950.000 pessoas necessitam tratamento para o HIV na América Latina e Caribe, mas atualmente somente 478.000 o recebem, assinalou o relatório de progresso da OMS, UNICEF e UNAIDS de 2010. Nos últimos anos, a média de pessoas que iniciam tratamento antirretroviral se manteve em 40.000 ao ano, enquanto que anualmente são registradas um 120.000 infecções novas. Para chegar a todos os que necessitam tratamento na região, é necessário duplicar a quantidade de pessoas que o recebem através da melhoria do acesso ao diagnóstico e à atenção, estimam os especialistas.

A necessidade de que uma pessoa receba tratamento depende do número de células chamadas CD4 que tenha em seu sangue. Estas protegem o corpo de infecções e tumores.

O HIV utiliza as CD4 para entrar no sistema imunológico e o leva a uma redução progressiva do número destas células. Segundo recomenda a OMS, as pessoas com HIV que têm uma recontagem destas células inferior a 350 células por milímetro cúbico de sangue, deveriam começar tratamento para o HIV, como também de todas aquelas que tenham sintomas de doença.



Um dos problemas que enfrentam a América Latina e Caribe é a possibilidade de desabastecimento dos medicamentos para tratar HIV. Em uma pesquisa realizada pela OPAS/OMS em 2011, entre 12 países da região que haviam apresentado este tipo de problemas, duas terças partes confirmaram episódios de escassez. Este obstáculo obriga a mudar ou suspender os esquemas de atenção dos pacientes, o que implica risco de que sejam geradas resistências a esses medicamentos e possibilidade de que o tratamento fracasse.

Segundo os especialistas, a escassez dos medicamentos responde a fatores diferentes em todos os países, como por exemplo: a fragmentação dos sistemas de saúde, a falta de integração do tratamento de HIV nos sistemas nacionais de fornecimento de medicamentos, a ineficiência nos sistemas de compra, e as dificuldades no armazenamento e distribuição dos antirretrovirais que são maiores ante a crescente complexidade dos tratamentos que se usam na região.

Outra limitação que os programas de HIV enfrentam na região é o custo dos tratamentos. Na

América Latina e Caribe, 70% dos fundos destinados a HIV são dedicados ao tratamento e dessa porcentagem a metade é destinada a medicamentos antirretrovirais. Em alguns países é gasto até seis vezes mais por paciente em tratamento antirretroviral que em outros da região.

“O custo dos antirretrovirais de primeira linha foi reduzido muito nos últimos anos. No entanto, a demanda por outros medicamentos de alto custo para cobrir a necessidade das pessoas que têm desenvolvido resistência também tem aumentado”, indicou Jeffrey O'Malley, Diretor da Unidade de HIV dos Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. “O acesso às terapias que se necessitam é um assunto de direitos humanos”, adicionou.

Na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre HIV/AIDS que foi celebrada em 2001, os representantes dos governos da América Latina e Caribe se comprometeram a que se proporcionasse tratamento para todas as pessoas que o necessitam até 2015.

“As metas audazes nos oferecem uma oportunidade para fortalecer o trabalho conjunto entre governos, sociedade civil e das agências colaboradoras”, afirmou o Dr. César Núñez, Diretor Regional de UNAIDS para a América Latina.

Entre os dias 9 e 11 de novembro, em Santo Domingo, especialistas da OPAS/OMS, o Fundo Mundial e UNAIDS, irão se reunir com os chefes de programa de HIV e os encarregados da gestão do fornecimento de medicamentos de 16 países da região, bem como com representantes de outras agências e da sociedade civil, para formular recomendações que assegurem: a seleção adequada de medicamentos; o uso adequado das flexibilidades em matéria de patentes para aceder a medicamentos a preços acessíveis; uma simplificação dos esquemas de tratamento no marco do Tratamento 2.0, uma nova iniciativa proposta pela OMS/UNAIDS; o monitoramento e resposta rápida ante a possibilidade de falta dos antirretrovirais além de uma série de medidas regionais para prevenir possível desabastecimento de medicamentos.

A OPAS foi estabelecida em 1902 e é a organização de saúde públicos mais antiga do mundo. Colabora com todos os países das Américas para melhorar a saúde e a qualidade de vida das pessoas do continente e de sua secretaria atua como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde.

Informações complementares acessar:

<http://www.paho.org/vih/tarv>

<http://www.paho.org/fondoestrategico>

<http://www.unaids.org/en/strategygoalsby2015/hivtreatment/#1>

(<http://www.who.int/hiv/pub/2010progressreport/es/index.html>